

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE	2.220	8.560
DISPONIBILIDADES NO BANCO		
OPERADOR (4)	528	2.910
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (5)	1.692	5.650
Repasse Interfinanceiros	1.692	5.650
Devedores por Repasses a Agentes		
Financeiros	1.692	5.650
TOTAL DO ATIVO	2.220	8.560

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
1 - RENDAS OPERACIONAIS		2.467
De Recursos Disponíveis no Banco Operador (4)	360	2.467
2 - DESPESAS OPERACIONAIS (9)	-	(1.792)
De Gestão do Fundo (6)	-	(777)
De Divulgação	-	(304)
De Capacitação e Treinamento	-	(711)
3 - RESULTADO DO EXERCÍCIO (1 - 2)	360	675

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

MÉTODO DIRETO	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Remuneração do Disponível	360	2.467
Retorno dos Repasses Interfinanceiros	3.958	9.797
Novos Repasses Interfinanceiros	-	(1.098)
Taxa de Administração do Banco Operador	-	(777)
Despesas Administrativas	-	(1.015)
Caixa gerado nas Atividades Operacionais	4.318	9.374
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Opções Empresas do FUNDAP	(6.700)	(45.000)
Convênios e Doações	-	-
Valores Destinados - Decreto 3194-R	-	90
Caixa gerado nas Atividades de Financiamento	(6.700)	(44.910)
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa (+) SALDO INICIAL	(2.382)	(35.536)
	2.910	38.446
SALDO FINAL	528	2.910

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

O Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais - FUNDAPSOCIAL - é um fundo público de natureza financeira, sem personalidade jurídica, instituído pela Lei Estadual nº 7.829, de 9 de julho de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 1.366-R de 12 de agosto de 2004.

O Fundo tem por objetivo apoiar financeiramente micro e pequenas empresas industriais, comerciais e de serviços, microempreendedores, inclusive do setor informal, e projetos sociais e culturais.

Os recursos disponíveis do FUNDAPSOCIAL são geridos pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES, cabendo-lhe a sua representação ativa e passiva. Esses recursos são oriundos das opções das empresas mutuárias do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias -

PASSIVO	2016	2015
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (8)	2.220	8.560
Recursos FUNDAPSOCIAL (8)	22.046	28.746
Governo do Estado do Espírito Santo	18.745	25.445
Doações e Subvenções para Investimentos	209	209
Valores Destinados - Decreto 3194-R	3.092	3.092
Resultados Acumulados	(19.826)	(20.186)
Resultados Acumulados	(20.186)	(20.861)
Resultado do Exercício	360	675
TOTAL DO PASSIVO	2.220	8.560

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Eventos	Recursos Governo do Estado do Espírito Santo	Resultados Acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2014	73.656	(20.861)	52.795
- Ingressos de Recursos Destinados das empresas do FUNDAP	(45.000)	-	(45.000)
Outras fontes - Doações	90	-	90
- Resultado do Exercício	-	675	675
SALDOS EM 31/12/2015	28.746	(20.186)	8.560
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2015	(44.910)	675	(44.235)
SALDOS EM 31/12/2015	28.746	(20.186)	8.560
- Ingressos de Recursos Destinados das Empresas do FUNDAP	(6.700)	-	(6.700)
Outras Fontes - Doações	-	-	-
- Resultado do Exercício	-	360	360
SALDOS EM 31/12/2016	22.046	(19.826)	2.220
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2016	(6.700)	360	(6.340)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FUNDAP, na forma do art. 3º do Decreto nº 1.366-R de 12 de agosto de 2004, das parcelas do retorno dos financiamentos concedidos, dos encargos financeiros contratados, dos juros moratórios nas operações realizadas e da remuneração paga pelo BANDES sobre os recursos não aplicados em financiamentos, entre outros.

O Comitê Executivo do FUNDAPSOCIAL - COMEF, criado pelo art. 3º da Lei nº 7.829 de 09 de julho de 2004, possui competência para regular e estabelecer políticas de aprovação e aplicação dos recursos do Fundo.

Em 06 de fevereiro de 2014 foi publicado o Decreto 3524-R que autoriza a subscrição, pelo Estado do Espírito Santo, de ações emitidas pelo BANDES mediante utilização dos recursos do FUNDAPSOCIAL.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Estas Demonstrações Contábeis estão apresentadas em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado.

3 Principais Práticas Contábeis Adotadas

a. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios;

b. As receitas e as despesas são apropriadas diariamente, independentemente da apuração de resultado periódica;

c. O exercício social tem a duração de um ano, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro;

d. A moeda funcional utilizada pelo FUNDAPSOCIAL é o Real, mesma moeda de apresentação destas Demonstrações Contábeis, nas quais os valores expressos estão em milhares de Reais;

e. Estas Demonstrações Contábeis foram autorizadas para emissão em 21 de março de 2017 pela Administração (Fundamento: Decreto nº 1366-R de 12/08/2004, Capítulo II, Artigo 6º).

4 Disponibilidades no Banco Operador

O saldo de R\$ 528 (R\$ 2.910 em 2015) refere-se aos recursos depositados no Banco Operador (BANDES), enquanto não aplicados em operações de créditos e financiamentos, são remunerados mediante a aplicação de taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança. No exercício de 2016 o Fundo recebeu R\$ 360 (R\$ 2.467 em 2015) a título de remuneração dos recursos disponíveis e transferiu R\$ 6.700, para o Banco Operador, conforme Decreto 3524-R de fevereiro de 2014.

5 Relações Interfinanceiras

Representam o saldo repassado ao agente financeiro credenciado (BANDES). As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de rendas de repasses interfinanceiros. Os repasses aos agentes financeiros são remunerados conforme informações a seguir:

Remu- neração	Linha/Agente Financeiro	Saldo das Operações (R\$)		% de Re- presentatividade	
		2016	2015	2016	2015
0%	Giro Exclusivo BANDES	R\$ 6	R\$ 783	0,36	13,86
0%	Giro Exclusivo II BANDES ... Empreendedor Pessoas Jurídicas Profissionais	R\$ 521	R\$ 1.270	30,79	22,48
0%	Liberais BANDES	R\$ 1.109	R\$ 3.369	65,54	59,63
0%	BANDES - FUNDAPSOCIAL NOSSOCRÉDITO -				
0%	Investimento Fixo e Misto... FUNDAPSOCIAL/ Patrimônio Arquitetônico	R\$ 2	R\$ 82	0,12	1,45
0%	- BANDES	R\$ 54	R\$ 146	3,19	2,58
TOTAL		R\$ 1.692	R\$ 5.650	100,0	100,0

Em conformidade com o Decreto nº 3524-R de 05 de fevereiro de 2014, que trata da integralização de capital no BANDES pelo Governo do Estado do Espírito Santo, foi transferido para o BANDES em 2016 o valor de R\$ 6.700, proveniente das Disponibilidades do FUNDO.

6 Remuneração do Banco Operador

Em conformidade com o art. 1º do Decreto nº 3.577-R de 19 de maio de 2014, a taxa de administração devida ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES, pela gestão dos recursos, é de 2% (dois por cento) ao ano (art. 1º do Decreto 3577-R), calculada sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo. A partir do exercício de 2016, conforme CI 93/2015 e Voto DIRAF 119/2015, os valores das despesas do FUNDAPSOCIAL, inclusive a taxa de administração, passaram a ser suportadas pelo Banco Operador.

7 Relações com Banco Operador

Detalhamento das operações com o Banco Operador.

	Ativos e (Passivos)		Receitas e (Despesas)	
	2016	2015	2016	2015
Disponibilidades no Banco Operador.....	528	2.910	-	-
Despesas de Administração	-	-	-	(777)
Rendas Sobre Disponibilidades de Recursos	-	-	360	2.467

8 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FUNDAPSOCIAL monta, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 2.220 (R\$ 8.560 em 2015). Os Recursos representam, conforme estabelecido no art. 3º do Decreto nº 1366-R de 12 de agosto de 2004, valores alocados pelas empresas mutuárias do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias - FUNDAP, bem como outros recursos oriundos de doações e convênios que totalizam R\$ 22.046 (R\$ 28.746 em 2015). No exercício de 2016 o Fundo não recebeu repasses do Governo do Estado do Espírito Santo. O Artigo 4º, item I, do Decreto 3.194-R de 28 de dezembro de 2012, que introduz alterações do RICMS/ES, determina que "cinquenta por cento será aplicado no FUNDAPSOCIAL, ou a outro fundo indicado pelo Comitê Decisório" do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias - FUNDAP, instituído pelo Decreto 3154-R de 27 de novembro de 2012.

O Decreto 3524-R de 05 de fevereiro de 2014 autorizou a subscrição de ações do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES com recursos do FUNDAPSOCIAL. Em 2016 foram transferidos R\$ 6.700 para aumento do capital do BANDES.

AROLDO NATAL SILVA FILHO
Diretor-Presidente

DENISE DE MOURA CADETE GAZZINELLI CRUZ
Diretora de Administração e Finanças

EVERALDO COLODETTI
Diretor de Crédito e Fomento

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores do FUNDAPSOCIAL – Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais
(Instituído pela Lei Estadual nº 7.829/2004, e regulamentado pelo Decreto nº 1.366-R/2004 e Operado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES).
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do FUNDAPSOCIAL – Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDAPSOCIAL – Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o Balanço Patrimonial que indica um prejuízo Acumulado de R\$ 19.826 mil nessa data. Conforme Nota Explicativa 08 no exercício de 2016, o Fundo não recebeu repasses do Governo do Estado do Espírito Santo. Esses eventos ou condições, juntamente com a redução das atividades operacionais do Fundo, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do FUNDAPSOCIAL – Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 24 de fevereiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações,

ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – S - SP

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
1CRC RS – 65.932/O-7 – S - SP
Sócia Responsável Técnica